

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
UNIR - *CAMPUS* DE CACOAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

SIMONE DE SOUZA RAMALHO

**PROGRAMAS DO GOVERNO E SUAS INFLUÊNCIAS NA
QUALIDADE DE VIDA DOS PRODUTORES RURAIS NO MUNICÍPIO
DE OURO PRETO DO OESTE - RO**

ARTIGO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Cacoal - RO

2009

SIMONE DE SOUZA RAMALHO

**PROGRAMAS DO GOVERNO E SUAS INFLUÊNCIAS NA
QUALIDADE DE VIDA DOS PRODUTORES RURAIS NO MUNICÍPIO
DE OURO PRETO DO OESTE - RO**

Artigo de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Administração da Universidade Federal de Rondônia, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Administração de Empresas, orientado pelo Professor Juliano Avelar Moura.

Cacoal - RO

2009

**PROGRAMAS DO GOVERNO E SUAS INFLUÊNCIAS NA
QUALIDADE DE VIDA DOS PRODUTORES RURAIS NO MUNICÍPIO
DE OURO PRETO DO OESTE - RO**

Por

SIMONE DE SOUZA RAMALHO

**Artigo apresentado à Fundação
Universidade Federal de Rondônia, Curso
de Administração, para obtenção do grau de
Bacharel em Administração, mediante a
Banca Examinadora, formada por:**

Presidente

Prof. MS. Juliano Avelar Moura – Orientador/UNIR

Membro

Prof. _____ – UNIR

Membro

Profº. _____ – UNIR

Média

**Cacoal – RO
2009**

DEDICATÓRIA

À memória de meu pai, José Ramalho, que sempre me apoiou e me incentivou, e à minha mãe, Marlene, por todo carinho e dedicação.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por se fazer presente em minha vida, em todos os momentos;

Aos meus pais, a minha base e exemplo de vida;

Aos meus irmãos, pela dedicação e companheirismo;

Ao Professor orientador, que sabiamente me ajudou a chegar onde estou;

Aos professores e funcionários da UNIR, que me guiaram e auxiliaram nesta caminhada;

Aos colegas de turma, que me apoiaram sem me deixar desanimar.

PROGRAMAS DO GOVERNO E SUAS INFLUÊNCIAS NA QUALIDADE DE VIDA DOS PRODUTORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE - RO

Simone de Souza Ramalho¹

RESUMO

A agricultura familiar tem tido papel fundamental no agronegócio brasileiro. Vários aspectos influenciam a vivência da agricultura familiar, como falta de crédito ao produtor rural, ou uma política de preços que favoreçam o pequeno agricultor. No âmbito estadual, tem-se discutido temas pertinentes à assistência técnica e extensão rural, visando a implementação de políticas públicas, tornando necessária a atuação de agentes federais e estaduais para a implantação de projetos de fomento e apoio aos produtores. O objetivo geral desta pesquisa foi analisar os projetos que o governo realiza voltados para a agricultura familiar, e como objetivos específicos, observar a aplicação desses projetos, estudar os efeitos que eles causam na qualidade de vida dos produtores e observar o comportamento dos produtores frente a esses projetos. A metodologia utilizada foi o Estudo de Campo e o Método Qualitativo, com a aplicação de questionários e a realização de entrevistas para a coleta de dados. O governo federal através da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário atua consolidando o conjunto da agricultura familiar, promovendo o desenvolvimento local sustentável, atuando em parceria com os estados e municípios, através de programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. No âmbito estadual, os agentes responsáveis pela implantação desses projetos são a Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia e Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia, entre outros, com programas como o Pró-Leite.

Palavras Chave: Agricultura Familiar. Desenvolvimento Sustentável. Políticas Públicas. Qualidade de Vida.

1. INTRODUÇÃO

As riquezas geradas pelo agronegócio alimentam a economia como um todo e acarreta melhorias na qualidade de vida, principalmente nas pequenas cidades brasileiras, sendo que a maioria dessas pequenas cidades tem sua economia

¹Graduanda do Curso de Administração, Universidade Federal de Rondônia – UNIR Campus de Cacoal.

alicerçada no agronegócio, ou seja, se a agropecuária se desenvolve bem, a economia dessas localidades também apresenta bom desempenho. O Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro estimado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (Cepea), da Esalq/USP, com o apoio financeiro da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), apurou no acumulado do primeiro semestre de 2009, que o PIB do agronegócio brasileiro está estimado em 2,56%.

A agricultura brasileira é dividida de acordo com características sócio-econômicas e tecnológicas, distinguindo-as em agricultura familiar e agricultura patronal. Para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a agricultura familiar atende a duas condições: a) a direção dos trabalhos do estabelecimento é exercida pelo produtor, e b) o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006 foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar. Eles representavam 84,4% do total, mas ocupavam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Já os estabelecimentos não familiares representavam 15,6% do total e ocupavam 75,7% da sua área. O Censo Agropecuário também registrou que 12,3 milhões de pessoas trabalham na agricultura familiar (74,4% do pessoal ocupado no total dos estabelecimentos agropecuários) com uma média de 2,6 pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas. Os estabelecimentos não familiares ocupavam 4,2 milhões de pessoas, o que corresponde a 25,6% da mão de obra ocupada.

Vários aspectos interferem ou poderão interferir ao longo da vivência da agricultura familiar que podem ser definidos de duas formas: ponto de vista externo como terra insuficiente, de má qualidade e em muitos casos sem o título de domínio, crédito rural insuficiente, falta de um mercado organizado a nível municipal para a venda de seus produtos, e no ponto de vista interno, as dificuldades de organização e compreensão dos problemas existentes.

No âmbito estadual e regional, nos últimos anos, tem-se discutido temas pertinentes à assistência técnica e extensão rural, com envolvimento participativo de

segmentos sociais nas principais agentes do estado, propondo mudanças no modelo atual de extensão rural, com objetivo centrado na revitalização e reestruturação do serviço de extensão rural, visando a implementação da políticas públicas.

Nesse contexto torna-se necessária a atuação das diversas instâncias do Estado (Federal, Estadual e Municipal) para a implantação de projetos de fomento e apoio aos produtores rurais, onde fornecerão subsídios aos mesmos para que otimizem suas produções, o que se traduz em maior geração de renda e bem estar. Conhecer o papel do governo torna-se imprescindível para se avaliar a implantação desses programas e como eles irão interferir na economia local e consequentemente na qualidade de vida dos produtores. Para tanto, é necessário sabermos o que a família faz adicionalmente à agricultura, se exercem alguma atividade na área urbana, além de informações sobre o acesso às tecnologias existentes, ou a existência de outras rendas na família, bem como a produção desenvolvida.

Tendo em vista o potencial da região de Ouro Preto do Oeste no que se refere ao agronegócio, nota-se que há um papel importante a ser desenvolvido pelo Estado no que diz respeito a projetos de fomento ao produtor rural, garantindo aos produtores a oportunidade de produzir com qualidade, sendo que a cada dia aumenta a preocupação com a segurança dos alimentos tanto por parte do governo, como das empresas atuantes no setor e principalmente dos consumidores.

Nesse sentido, o presente trabalho pretende analisar a aplicação dos projetos governamentais voltados para a agricultura familiar na região de Ouro Preto do Oeste, a fim de observar como esses projetos afetam a qualidade de vida do produtor rural e quais os benefícios que eles proporcionam para os mesmos e para a comunidade.

2. METODOLOGIA

Este trabalho adotou o Método Qualitativo, que segundo Fachin (2003) é caracterizada pelos seus atributos e relaciona aspectos não somente mensuráveis, mas também definidos descritivamente, abordando pequenos grupos de entrevistados, no caso específico deste trabalho, quatro famílias foram pesquisadas, sendo escolhidas com base no seguinte critério: se participam ou não de algum

programa do governo, sendo que as famílias pesquisadas residem em localizações diferentes.

A pesquisa qualitativa utiliza a observação direta da realidade, estudando o comportamento das pessoas no seu contexto habitual e não em condições criadas pelo pesquisador. Possui caráter descritivo com enfoque indutivo, que para Fachin (2003), é um procedimento do raciocínio que, a partir de uma análise de dados particulares, se encaminham para noções gerais.

Também foi utilizado o Método Observacional, onde pode-se captar com precisão aspectos essenciais durante a coleta dos dados, onde foi elaborado um questionário (anexo 1) com perguntas diretas abertas e fechadas, que segundo Fachin (2003), o pesquisado pode discorrer livremente sobre o que esta sendo questionado, detectando melhor a atitude e as opiniões do mesmo, no caso das questões abertas ou, responder de forma direcionada a partir de alternativas estruturadas, com perguntas fechadas, além de entrevistas. O questionário foi respondido pelos produtores, além de suas esposas e filhos, podendo assim, fazer a análise através de várias perspectivas diferentes.

Fachin (2003) define a pesquisa bibliográfica como um conjunto de conhecimentos humanos reunidos nas obras, tendo como finalidade, conduzir o leitor a determinado assunto proporcionando a produção, armazenamento, utilização e comunicação das informações coletadas para o desempenho da pesquisa. No que diz respeito à pesquisa de campo, os fatos são observados tal como ocorrem na realidade social, sendo registrados exatamente como são, sem nenhuma alteração imposta pelo pesquisador, utilizando a técnica de observação direta intensiva, através da obtenção de determinados aspectos através da percepção, para não somente ver e ouvir, mas também examinar os fatos que se deseja estudar.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 – Programas Governamentais

Programas governamentais podem ser definidos como uma intervenção conduzida pelo governo com a intenção explícita de mudar uma situação específica

existente para uma situação desejada, a fim de atingir um objetivo específico, buscando apoios para garantir a execução e o acesso da população ao programa, promovendo a melhoria do padrão de vida da população. Ou ainda, como um conjunto de atividades a serem realizadas dentro de um cronograma e orçamento específico, para a implementação de políticas ou para a criação de condições que permitam o alcance das metas desejadas.

Para Ribemboim (apud Callado, 2006) os governos podem intervir de diversas formas nos mercados agrícolas e efetivamente o fazem, tanto nos países mais ricos como nos países menos desenvolvidos e em desenvolvimento, através subsídios, programas de estímulos à demanda e à comercialização, programas de capacitação e desenvolvimentos de novas tecnologias.

O Estado é provedor de políticas adequadas de amparo à produção, envolvendo tanto políticas de subsídios, de crédito, como políticas internacionais, que lidam com o protecionismo, entre outros.
(CALLADO, 2006)

A finalidade dos programas desenvolvidos pelo Ministério da Agricultura é promover a capacitação de agricultores familiares, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias indispensáveis ao processo de produção, beneficiamento, agroindustrialização e comercialização. A construção desse processo tem o propósito de promover o desenvolvimento humano, a participação cidadã dos atores sociais, a valorização do conhecimento e do saber local, apoiando os agricultores familiares e demais públicos da extensão rural.

3.1.1– Programas Federais

Em outros tempos, fomentar o crescimento sustentável, assegurar liquidez ao produtor e garantir apoio ao setor rural eram tarefas difíceis de conjugar, para isso, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) evoluiu para integrar todas essas demandas e atendê-la na prática. Com o intuito de fortalecer o apoio ao pequeno produtor e consolidar a produção agrícola sustentável, o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) para a safra 2009–2010 foi elaborado com medidas que conciliam desenvolvimento, sustentabilidade e responsabilidade social, sendo uma resposta eficiente às principais demandas do setor rural, em uma conjuntura que

pede mais crédito, mais atenção ao meio ambiente e mais cuidado com os médios produtores.

Segundo dados divulgados pelo MAPA, o total dos R\$ 107,5 bilhões de reais destinados ao setor representa 37% a mais em recursos para o crédito agrícola em relação à safra 2008–2009. O PAP aumentou a disponibilidade para juros a 6,75%, aumentando também a disponibilidade para o pequeno agricultor, que conta com taxa de juros de 6,25% ao ano até o final desta safra. Aumentar essa disponibilidade foi uma das maneiras de assegurar que os recursos cheguem ao produtor na hora certa. As medidas do PAP garantem, de maneira integrada, a expansão da agropecuária nacional e a consolidação de suas funções tradicionais de abastecer o mercado interno, gerando emprego, renda e divisas.

Anualmente, o Ministério da Agricultura aprimora os instrumentos de política agrícola, avaliando o comportamento dos mercados interno e externo e do cenário macroeconômico, ao passo que formula políticas públicas conforme os interesses e as necessidades da sociedade brasileira, oferecendo aos produtores melhores condições de produção.

A Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário - SAF/MDA tem por missão consolidar o conjunto da agricultura familiar promovendo o desenvolvimento local sustentável por meio da valorização humana e da negociação política com representantes da sociedade, e atuando de forma participativa, descentralizada e articulada com os Estados, Municípios e a sociedade civil organizada, tendo como principais objetivos:

- 1 - Direcionar todo o trabalho para a promoção do ser humano e da sociedade como agentes e beneficiários do desenvolvimento.
- 2 - Criar, desenvolver, adaptar e aperfeiçoar programas, projetos e atividades de apoio diferenciado aos agricultores familiares nas linhas de crédito rural, infraestrutura e serviços municipais, assistência técnica, extensão rural, pesquisa agropecuária, capacitação, profissionalização e inserção no mercado.

- 3 - Promover a articulação e a complementaridade dos programas, projetos e atividades de apoio à agricultura familiar, utilizando como instrumento principal os planos estaduais e municipais de desenvolvimento rural.
- 4 - Integrar as ações do Pronaf com as ações dos programas de acesso à terra do MDA, apoiando a consolidação econômica das unidades familiares criadas.
- 5 - Sintonizar, preferencialmente no âmbito dos Conselhos de Desenvolvimento Rural, as ações do Pronaf com as propostas dos beneficiários, dos parceiros do setor público e dos demais agentes atuantes na questão da agricultura familiar.
- 6 - Dar prioridade aos grupos de agricultores familiares de menor renda, visando promovê-los a patamares superiores de bem-estar.
- 7 - Valorizar e divulgar o conceito de agricultura familiar como atividade econômica fundamental para o desenvolvimento sócio-econômico sustentado do meio rural.
- 8 - Buscar, junto a organismos públicos multilaterais e a organizações não-governamentais internacionais, novas fontes de recursos para projetos de apoio à agricultura familiar, principalmente para projetos relacionados à viabilização dos produtores de menor renda.
- 9 - Promover agregação de valor aos produtos do agricultor familiar, seu acesso competitivo ao mercado, e a geração de renda a partir de atividades não-agrícolas.

3.1.1.1– PRONAF

Dentre os programas implantados pelo Ministério da Agricultura, alguns se destacam mais, sendo que neste trabalho abordaremos apenas o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) devido a sua abrangência e pelos resultados alcançados. O PRONAF financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País.

Art. 1º Fica criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com a finalidade de promover o desenvolvimento

sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.

Art. 2º O PRONAF assenta-se na estratégia da parceria entre os Governos Municipais, Estaduais e Federal, a iniciativa privada e os agricultores familiares e suas organizações.

§ 2º As ações do Programa orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

a) melhorar a qualidade de vida no segmento da agricultura familiar, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada, aumento de sua capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de emprego e renda.

Segundo dados divulgados pelo MDA, para participar do programa o agricultor deve produzir em suas terras, na condição de proprietário, posseiro, ou arrendatário, residindo na propriedade e tendo como base da produção, o trabalho familiar. A família deve avaliar o projeto que pretende desenvolver, visto que é um projeto de vida familiar e após a decisão do que financiar, procurar o sindicato rural ou a Emater para obtenção da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Em seguida o agricultor deve procurar a empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do município para elaborar o Projeto Técnico de Financiamento. O projeto deve ser encaminhado para análise de crédito e aprovação do agente financeiro, onde será negociado o financiamento. Estando aprovado o Projeto Técnico, o agricultor poderá disponibilizar o recurso e começar a implementar o projeto.

Além das formas convencionais de financiamento do PRONAF, que variam de acordo com o limite financiado e, conseqüentemente, a taxa de juros praticada, o programa dispõe de linhas específicas. Cada uma busca atender às especificidades do público a que é dirigida, sendo eles: Custeio, Investimentos, Agroindústria, Agroecologia, PRONAF Eco, PRONAF Floresta, PRONAF Semi-Arido, PRONAF Mulher, PRONAF Jovem, PRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares, PRONAF Cota-Parte, Microcrédito Rural, PRONAF Mais Alimentos.

Para acessar o Microcrédito Rural, é preciso que a família possua: a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), obtida no sindicato dos trabalhadores rurais ou na Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), a proposta simplificada de crédito, que pode ser obtida com ajuda do técnico da extensão rural ou do assessor de crédito e o CPF regularizado. Todos esses documentos devem ser encaminhados ao agente financeiro para realização da contratação. Os agricultores familiares que financiam suas atividades produtivas por

meio do Microcrédito Rural têm acesso à assistência técnica das parcerias entre a SAF/MDA e as instituições públicas e organizações não governamentais de extensão rural. O objetivo é assegurar a oferta de assistência técnica a partir de três momentos presenciais entre os técnicos e os agricultores (diagnóstico, orientação e avaliação) e sensibilizar esses técnicos para que utilizem uma abordagem diferenciada no atendimento ao público do microcrédito rural, considerando sua realidade sócio-econômica.

O papel dos técnicos da extensão rural é crucial na decisão da família sobre o acesso ao Microcrédito Rural e no acompanhamento da aplicação desse crédito na implementação ou no incremento das atividades financiadas, auxiliando as famílias na escolha da atividade a ser realizada para que seja uma alternativa rentável.

3.1.2– Programas Estaduais

No âmbito estadual, há órgãos vinculados ao Ministério da Agricultura, que são responsáveis por implantar seus programas, relacionados às Secretarias de Estado da Agricultura, Produção e Desenvolvimento Econômico e Social - SEAPES e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM. No Estado de Rondônia, esse papel fica a cargo da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia (IDARON), da Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (EMATER).

O IDARON atua preventivamente, com a finalidade de executar as atividades de vigilância e defesa sanitária animal e vegetal, inspecionando, fiscalizando, padronizando, identificando e classificando os produtos de origem animal e vegetal, mantendo as áreas livres de pragas e doenças, promovendo a conformidade e qualidade dos produtos em todas as fases de produção, preservando o nível de emprego e renda do produtor agropecuário como fator de desenvolvimento sustentável.

A EMATER-RO tem trabalhado com Programas federais e estaduais como o PRONAF, PRONAF/Pesca, ATES/INCRA/MDA, PRONAF/ATER, Banco da Amazônia/MDA, Promec, PROLEITE, SEMEAR, SOLO FÉRTIL, além dos projetos

de cunho sócio-econômicos e ambientais inseridos no Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – PROATER, da EMATER-RO, sendo eles: Desenvolvimento Humano e Social, Organização Social, Agro ecologia e Desenvolvimento Sustentável, Capacitação da Mão de obra, Crédito Rural, Mecanização Agrícola, Pesca e Aqüicultura, Culturas Anuais, Culturas Perenes, Olericultura, Fruticultura, Bovinocultura, Pequenos Animais e Processamento e Agroindustrialização. Seus programas buscam agregar valores aos produtores, reduzir os custos de produção, melhorar a infra-estrutura de apoio à produção, manejo adequado do solo e água, inclusão social, incorporação de áreas alteradas ao processo produtivo, educação ambiental, segurança alimentar e organização social, com o objetivo de aumentar a renda líquida dos agricultores, gerando empregos e melhor distribuição de renda, capacitando os agricultores e melhorando as condições de habitação e saúde. Enfim, benefícios relacionados à melhoria da qualidade de vida das famílias nos aspectos econômicos, sociais, ambientais, políticos, culturais e éticos.

3.1.2.1– Pró Leite

Em Rondônia o leite produzido é praticamente só a pasto ou também conhecido como leite verde, onde a alimentação das vacas é praticamente a pastagem, cabendo ao produtor oferecer pastagens de qualidade, através de manejo, utilização de cercas elétricas para divisão do pasto em piquetes, dimensionados de acordo com a capacidade suporte e tamanho das pastagens. Estas são algumas de tantas outras tecnologias disponibilizadas e já adotadas pelos produtores. Esse cenário coloca o Estado em status privilegiado, seja pelas condições sanitárias (Rondônia esta classificada pela OIE como “zona livre de vacinação” para a febre aftosa), seja pelo volume total de produção (8º produtor de leite no país), ou pelo baixo custo da matéria-prima. Outro ponto relevante é a geração de renda na maioria das pequenas propriedades.

Haja vista a importância da produção leiteira para o Estado, o presente trabalho abordará como exemplo dos programas estaduais implantados no município de Ouro Preto do Oeste, apenas o Pró Leite, programa voltado ao aumento da produção e produtividade do rebanho leiteiro do Estado, no qual

especialistas, extensionistas e técnicos preparados levam conhecimentos, técnicas e tecnologias necessárias à melhoria contínua no processo produtivo do leite, voltados ao melhoramento do manejo alimentar, reprodutivo, sanitário dos animais e a adoção de práticas higiênicas na produção do leite.

A capacitação dos produtores se dá através de palestras técnicas, dias de campo, dias especiais, demonstração de métodos, cursos e excursões, possibilitando o envolvimento e a participação das associações e cooperativas de produtores rurais.

O Pró Leite engloba outros projetos que dão suporte às suas atividades, a saber: Projeto Inseminar (36 municípios e 418 produtores beneficiados), Projeto Manejo de Pastagens (36 produtores beneficiados), Projeto de Granelização (13 municípios e 240 produtores contemplados), Sanidade Animal - vacinação de brucelose (27.236 famílias beneficiadas).

Recentemente foi realizado em Ouro Preto do Oeste a 3ª Exposição Agropecuária do Leite – Expoleite, dos dias 14/10/2009 a 18/10/2009, onde foi realizado o 5º Concurso Leiteiro Estadual (Figura 1). O evento foi realizado pela Emater em parceria com o Governo Estadual através da Secretaria de Agricultura, Pecuária e da Regularização Fundiária (Seagri) e com a Associação dos Produtores da região, com o objetivo de apresentar os animais da pecuária leiteira e os resultados obtidos com a ação dos programas de governo de incentivo à pecuária leiteira. A maioria dos animais que participaram da exposição são resultados do Pró-Leite em conjunto com o Projeto Inseminar. Algumas novilhas já são de segunda geração e os resultados apresentados tem sido satisfatórios para os agricultores, em especial os da agricultura familiar, a quem se destina o Programa. Paralelamente ao evento foram realizadas palestras técnicas sobre melhoramento genético e gestão da alimentação, além de cursos de processamento do leite.



Figura 1: Etapa da ordenha manual.

4. – LOCALIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

Este estudo de caso foi desenvolvido no município de Ouro Preto do Oeste, localizado na porção centro-leste do estado, na microrregião de Ji-Paraná e na mesorregião do Leste Rondoniense. Localiza-se a uma latitude 10° 44' 53" sul e a uma longitude 62° 12' 57" oeste, estando a uma altitude de 280 metros (conforme Figura 2). Possui uma área de 1.978 km² tendo como limite as cidades de: Jaru e Vale do Paraíso ao Norte, Ji-Paraná a Leste, Nova União a Oeste e Teixeiraópolis ao Sul. O município tem como bacia hidrográfica o Rio Ji-Paraná (ou Rio Machado). Sua população está estimada em 36.725 mil habitantes, sendo que segundo dados do IBGE, 6.967 residem na zona rural.

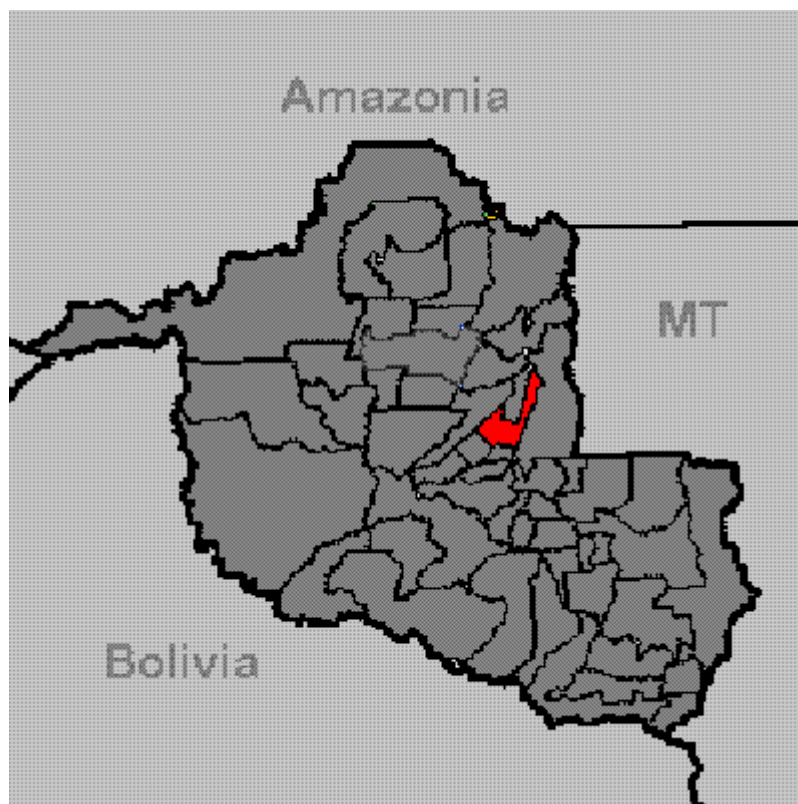


Figura 2: Estado de Rondônia

A região começou a ser ocupada na década de 1970, com a implantação do Projeto de Colonização Ouro Preto (PIC), sendo colonizada principalmente por imigrantes das regiões sul e sudeste do país. O projeto de colonização de Ouro Preto do Oeste e região explica a situação atual em termos de organização fundiária e organização social da agricultura familiar. A economia local está alicerçada na agropecuária, sendo que o município possui um efetivo bovino de 331.059 cabeças, com um total de 77.107 vacas ordenhadas, o que se traduz em 62.457 mil litros de leite/dia em 1.757 estabelecimentos agropecuários (IBGE, Censo Agropecuário 2006), com isso o município se destaca como um dos maiores produtores de leite do estado.

ESTABELECIMENTOS RURAIS POR GRUPOS DE ATIVIDADE ECONOMICA			
LAV. TEMP.	LAV. PERM.	PECUARIA	PESCA E AQUICULTURA
354	808	1.462	120

Fonte: IBGE – Censo Agro 2006

5. – ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

A seguir serão apresentados os resultados dos questionários aplicados a quatro famílias residentes em Ouro Preto do Oeste.

5.1 – Aspecto social das famílias:

A-) Saúde:

Todos os produtores alegaram que o acesso ao serviço de saúde não é muito fácil, pois nas linhas onde eles residem não há Postos de Saúde da rede pública, e quando há a necessidade de buscar este serviço na cidade, precisam esperar muito tempo, o que na maioria das vezes, os leva a procurar atendimento em hospitais e clínicas particulares², o que se torna oneroso para o produtor muitas vezes, ou buscam tratamento através da medicina alternativa, devido ao acesso fácil e rápido, porém, não há garantias de solução dos problemas.

B-) Educação:

Nas linhas onde os produtores entrevistados residem, existem apenas escolas para as crianças de 1º a 4º série, da 5º série em diante, as crianças tem que se deslocar para a cidade, o que explica o fato de muitos jovens não terem completado seus estudos, o que vêm a fazer anos depois, através de cursos supletivos. No caso específico de um dos jovens entrevistados, ele terminou seus estudos no supletivo e hoje, cursa faculdade de Gestão Ambiental. De acordo com um dos entrevistados, muitos jovens que residem na linha onde ele mora não concluíram seus estudos e não pretendem concluir, pois as dificuldades encontradas acabam desestimulando-os a continuarem.

C-) Meios de locomoção e transporte:

² Segundo o IBGE, o município possui um total de dezoito unidades de atendimento, entre clínicas e hospitais, sendo oito unidades particulares e dez unidades públicas.

O único transporte disponível nas linhas onde vivem os produtores pesquisados é o ônibus escolar, que busca as crianças que estudam na cidade, no caso dos produtores que foram entrevistados, todos possuem seu próprio meio de locomoção, carro ou moto, mas, segundo os produtores, essa não é a realidade de todos os moradores da linhas, muitos ainda dependem do ônibus escolar, ou de carona para ir à cidade quando necessitam. Os produtores entrevistados também alegaram como uma dificuldade que encontram no que se refere à questão transporte, a precariedade em que se encontram muitas linhas do município, que em determinadas épocas do ano, ficam praticamente intrafegáveis, fazendo com que muitas vezes, o produtor tenha que realizar um percurso maior para conseguir se deslocar da sua propriedade.

D-) Lazer:

Também foi analisado fatores como o lazer nas linhas, onde os pesquisados informaram que as únicas opções de lazer são as festas da comunidade local, que ocorrem eventualmente, no mais, também é necessário o deslocamento para a cidade, o que as vezes fica inviável, devido aos horários que eles tem que cumprir com seus afazeres na propriedade.

E-) Alimentação:

Todas as famílias pesquisadas produzem em suas terras o próprio alimento, comprando em mercado, apenas o que é industrializado. Possuem criações de aves, suínos e bovinos, que vendem uma parte nas feiras, mas a maior parte é para consumo próprio, além de derivados do leite (queijos, iogurte, etc) que são produzidos na propriedade e plantações de legumes, frutas e verduras.

5.2 – Aspectos relacionados à produção:

A-) O que é produzido:

As quatro famílias pesquisadas têm como principal atividade a produção de leite, sendo que dentre elas, duas produzem exclusivamente o leite (conforme Figura

3). Quanto às outras propriedades, uma produz cacau e a outra produz café, além de pequenas plantações para consumo próprio e outras criações (aves, suínos).



Figura 3: Criação de gado de uma das famílias pesquisadas.

B-) Volume de produção:

A produção de leite das quatro famílias varia de 3.000ℓ a 10.000ℓ por mês. A família que produz cacau, produz em média 3 toneladas por ano (conforme Figura 4), enquanto que a família que produz café, produz em média, 20 sacas por ano.



Figura 4: Lavoura de Cacao.

C-) Satisfação do produtor em relação à produção:

Dentre as quatro famílias pesquisadas, apenas uma não está satisfeita com a produção, porém não tem planos de ampliá-la por enquanto. As outras famílias sentem-se satisfeitas com a produção atual, mas apenas duas tem planos de ampliação, a família que não pretende ampliar a produção alega que os custos para aumentar a produção são altos se comparado ao retorno que terão, como exemplo, o preço do leite, que no momento está baixo.

D-) Venda dos produtos:

No caso do leite, todos os produtores fazem venda direta para os laticínios (o município conta com quatro laticínios instalados), e em relação ao café e o cacau, estes são vendidos para cerealistas. Os produtores também fazem venda direta de produtos como derivados de leite, ovos, legumes e verduras nas feiras.

5.3 – Aspectos relacionados aos programas:

A-) Conhecimento dos Programas por parte dos produtores:

Todas as famílias alegaram ter conhecimento dos programas existentes, além dos objetivos propostos pelos mesmos. No caso das famílias pesquisadas, todas estão inscritas no Pró-Leite, programa que visa melhorar a qualidade do leite. Em relação ao PRONAF, as famílias pesquisadas, já participaram da Linha PRONAF Custeio, onde financiaram recursos destinados à produção. Hoje, não fazem parte de nenhuma das linhas de crédito do PRONAF, devido à burocratização e às exigências feitas para se conseguir o financiamento, como a Licença Ambiental. Dois dos produtores entrevistados alegaram insatisfação com a atual legislação, visto que interferem na produção, segundo os mesmos, estão à espera de mudanças na legislação, ou irão adquirir a Licença Ambiental apenas quando estipulado um prazo para regularização.

B-) Satisfação do produtor em relação aos programas:

Os produtores sentem que os programas implantados no município suprem suas necessidades e de suas famílias, porém, falham na questão de acompanhamento aos produtores por parte dos técnicos, pois a maioria deles buscam auxílios em consultorias particulares, mas em relação à aplicação dos projetos, acreditam que os objetivos estão sendo alcançados.

C-) Perspectiva em relação ao futuro:

Os produtores entrevistados pretendem continuar trabalhando em suas propriedades e ampliar suas produções, para que seus filhos possam dar continuidade ao trabalho que começaram. Os mesmos acreditam nas potencialidades dos programas propostos e acreditam que, sendo implantados com seriedade, trarão ganhos significativos para as famílias beneficiadas. As esposas partilham dos mesmos ideais dos produtores, além de buscar melhorias na estrutura da propriedade para garantir mais conforto e comodidade para suas famílias. Já os jovens entrevistados pretendem dar continuidade ao trabalho dos pais, mas buscam

mais conhecimentos com base nos estudos, em um caso específico, um dos jovens entrevistados já cursa uma faculdade, de Gestão Ambiental, e busca aplicar o que aprende não só na sua propriedade, como na comunidade em que vive, com o objetivo de disseminar a idéia de produção sustentável e conscientização ambiental entre os produtores e suas famílias, além de incentivar os outros jovens a buscarem novos conhecimentos e concretizar estes objetivos.

6. – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode ser observado, a agricultura familiar muitas vezes é associada à pequena produção, mas cada vez mais vem se fortalecendo e ganhando espaço, hoje, segundo dados da Conab, a agricultura familiar responde no Brasil por sete de cada 10 empregos no campo e por cerca de 40% da produção agrícola. Atualmente, cerca de 35% dos alimentos que compõem a cesta alimentar distribuída pela Conab originam-se da agricultura familiar. E a maior parte dos alimentos que abastecem a mesa dos brasileiros vem das pequenas propriedades.

Neste contexto, podemos analisar a importância de se entender o papel que vem sendo desempenhado pelo governo no desenvolvimento da agricultura familiar. Desse modo, entende-se que os programas que beneficiam a agricultura familiar, trazem um retorno social relevante, por atenderem a população de baixa renda. Os desafios desses programas são aumentar a produção de alimentos e ao mesmo tempo, gerar novas oportunidades e renda para os agricultores.

Mas, se por um lado o governo subsidia os produtores para uma boa produção, com a finalidade de melhorar sua renda e conseqüentemente sua qualidade de vida, outros fatores também interferem de forma negativa nesse processo, como a questão de falta de escolas nas linhas para as crianças da 5ª série em diante, que muitas vezes se vêem obrigadas a parar seus estudos por não ter como se deslocarem para a cidade para poder concluí-lo. Com os jovens entrevistados, podemos observar que eles estão interessados em retomar seus estudos, mas isso não ocorre com todos.

Com base no que foi apurado nas entrevistas e questionários aplicados, pode-se observar que os programas implantados no município de Ouro Preto do

Oeste, apesar de ainda serem falhos no que se refere a assessorar os produtores, têm alcançado os efeitos esperados, e tem tido boa aceitação por parte dos produtores, que hoje, no caso do Pró-Leite, tem acesso a material genético de qualidade para a melhoria do seu rebanho e conseqüente melhoria na qualidade do produto. Com isso, o produtor utiliza melhor os recursos disponíveis e tem a chance de buscar novas oportunidades.

7. – REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de Agronegócio**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BATALHA, Mario Otavio (coord.). **Gestão Agroindustrial: GEPAL: Grupos de Estudos e Pesquisas Agroindustriais**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CALLADO, Antonio André Cunha (Organizador). **Agronegócio**. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FACHIN, Odilia. **Fundamentos de Metodologia**. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NEVES, Marcos Favas; ZYLBERSZTAJN, Decio; NEVE, Evaristo Marzavel. **Agronegócio do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2006.

ZYLBERSZTAJN, Decio; SCARE, Roberto Fava. **Gestão da Qualidade no Agrobusiness: Estudos e Casos**. São Paulo: Atlas, 2003.

BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo. **Agricultura Familiar**. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/especialagro/EspecialAgroCepea_9>. Acessado em: 08.nov.2009.

BRITO, Aberto. **Metodologia e Ferramentas para Gerenciamento de Programas**. Disponível em: <<http://www.panaftosa.org.br/Comp/MAPA/253687.pdf>>. Acessado em: 23.out.2009.

ROSA, Sueli L. Couto. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local Sustentável**. 37º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural – SOBER. Foz do Iguaçu, 1999.

TREVIZAN, Andrei Pittol. **Avaliação de políticas Públicas: Uma Revisão Teórica de um Campo em Construção**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a05v42n3.pdf>>. Acesso em: 08.nov.2009.

ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE RONDÔNIA: <<http://www.emater-ro.com.br/projetos.php?id=6>>. Acessado em 14.set.2009.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA:
<<http://www.cepea.esalq.usp.br/pib/>>. Acessado em 18.out.2009.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO:
<http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/agricultura_familiar_3.html>. Acessado em 17.out.2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA:
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro>>. Acessado em 14.set.2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO: <<http://www.mda.gov.br/saf>>. Acessado em 27.set.2009.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PRODUÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL:
<<http://www.seapes.ro.gov.br/projetos/Programa%20de%20Apoio%20ao%20Desenvolvimento%20Agropecuário/pecuaria.htm>>. Acessado em 19.set.2009.

8. – ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO



QUESTÕES

Data: __/__/__ Idade ____ Sexo ☐ M ☐ F

Estado Civil: ☐ Solteiro ☐ Casado ☐ Divorciado ☐ outros

1- Tem conhecimento dos programas realizados pelo Governo Federal (Embrapa, Emater, etc.)?

☐ Sim ☐ Não

2- Os programas em questão atendem às suas expectativas e necessidades?

☐ Sim ☐ Não

3- Atende às necessidades da sua família?

☐ Sim ☐ Não

4- O que é produzido em sua propriedade? É uma boa produção?

5- Quanto é produzido por mês ou ano? (em quantidades)

6- Está satisfeito com sua produção?

7- Como é realizada a venda dos seus produtos?

8- O que é mais importante em relação aos programas?

9- Como é a alimentação da sua família? Produzem para o consumo próprio também ou costumam comprar os alimentos no mercado?

10- Em relação à saúde, o acesso a esses serviços é fácil?

11- Há escolas na linha ou as crianças tem que se deslocar para outros pólos?

12- Há opções de lazer na linha em que residem?

13- Há meios de transporte fornecidos pela administração local que circulam na linha onde residem?

14- Qual sua perspectiva quanto ao futuro de seus filhos e esposa(o) residindo na propriedade onde estão atualmente?

Autorizo o uso desses dados para fins unicamente científicos.

Assinatura: _____, **Data:** ____/10/2009.